

ISSN – 1808–1967

MEMÓRIAS DA LUTA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES**ARMADAS DE ESQUERDA NO PÓS-64.**

Maria Cecília de Oliveira ADÃO

Resumo: Neste artigo, pretendemos analisar a militância feminina em organizações armadas de esquerda, no período posterior ao ano de 1964. Para isso, buscamos explicitar os motivos que levaram as depoentes deste trabalho a se engajarem na luta armada, a forma como as organizações onde militaram viam e reagiam às mudanças comportamentais empreendidas por estas mulheres e a resposta apresentada pelas militantes a este posicionamento. Neste sentido, utilizamos cinco entrevistas como fontes para a pesquisa. A escolha destas depoentes se deveu às suas atuações corajosas e essenciais para o funcionamento de suas organizações. Ainda hoje, estas mulheres são vistas como membros importantes e representativos de seus grupos. Para o recolhimento e análise da documentação, foi utilizada a metodologia da História Oral, que permite dar voz a sujeitos históricos excluídos da historiografia. Esta mediação nos possibilita evidenciar a ativa participação feminina no fazer histórico, que por muito tempo permaneceu oculta.

Palavras-Chaves: militância feminina, comportamento, História Oral.

**MEMORIES OF FIGHT: THE WOMEN PARTICIPATION IN LEFT ARMED ORGANIZATIONS IN
THE POST-64.**

Abstract: In this article we intend to analyze the women militancy in left armed organizations in the subsequent period to the 1964 year. For that, we tried to show the reasons of witness women - present in this work - to engage in the armed combat. Besides, we tried to understand the form as this organizations where this women militated, saw the comportamental change promoted by them, and consequently, which were the answers that they presented for this vision. To reach those objectives we have used five interviews that became sources for this research. The chosen interviewees were courageous women that have executed essential actions for the operation of their organizations. Still today, these women are seen as important and representative members of their groups. For the withdrawal and analysis of the documentation, the methodology of the Oral History was used. This mediation makes possible to evidence us the active women participation in the construction of the History, that for a long time stayed hides.

Key words: women militancy, comportment, Oral History

Nos últimos trinta e cinco anos, a historiografia brasileira, assim como as demais ciências humanas, **tem se esforçado para incluir os estudos de gênero entre seus temas**¹. Esta inclusão possibilitou ressaltar a atuação do agente histórico feminino que, até os nossos dias, permanecia oculto, embora as mulheres sempre tenham adotado uma postura ativa de envolvimento neste processo. **Qual é, então, o motivo deste ocultamento?**

Tradicionalmente, o elemento feminino tem sido visto como submisso e dependente da ordem masculina, secularmente estabelecida. Esta configuração levou a uma situação de **obscurcimento da mulher enquanto sujeito**, tornando-a um agente histórico desprezado, já que seu papel nos processos sociais durante muito tempo foi considerado inexistente. Conforme comentado por Michelle Perrot em todos os aspectos de sua atuação histórica, **a mulher tem sido observada e descrita pelo homem.** “Militante ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes ligada a essa mediação perpétua e indiscreta constitui um tremendo meio de ocultamento.”² Assim, ao procurar nas fontes a presença feminina, o pesquisador encontra apenas vestígios incompletos ou superficiais de sua participação, embora ela sempre estivesse ativa. Portanto, consideramos de suma importância procurar estes vestígios para elucidar as particularidades e as especificidades da participação feminina na História.

O objetivo deste artigo é analisar a militância feminina dentro das organizações armadas de esquerda. Mesmo pretendendo apresentarem-se como alternativa à ala conservadora da sociedade, que apoiara o golpe militar, as organizações de esquerda tiveram dificuldades para lidar com as mudanças comportamentais empreendidas pelas mulheres. Portanto, analisaremos as organizações em que as depoentes militavam, a forma como estas viam as mudanças comportamentais empreendidas por suas militantes e como reagiam às questões apresentadas por elas. Discutiremos também a postura apresentada pelas militantes como resposta ao posicionamento das organizações.

Com esta finalidade e para preencher as lacunas deixadas pela não documentação do fazer histórico feminino, utilizamos a metodologia da História Oral. A utilização deste método nos permitiu “instituir sujeitos históricos concretos”³, recuperando uma história que não está escrita, a da participação repleta de particularidades das militantes políticas. Neste sentido, o uso da História Oral nos permitiu dar voz aos que não foram incluídos na História e em sua escrita. Dando voz às militantes podemos aferir as várias facetas de sua atuação política. Ficamos

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

ISSN – 1808–1967

sabendo os motivos que levaram jovens estudantes a engajarem-se na luta armada, das tarefas executadas para a manutenção do funcionamento das organizações, dos anseios das militantes e das discussões sobre o recém chegado movimento feminista. Esta constatação empírica nos leva a concordar com Paul Thompson⁴ quando afirma que pelo sentido de descoberta nas entrevistas se adquire “uma dimensão histórica viva: uma percepção viva do passado, o qual não é apenas conhecido, mas sentido pessoalmente”. Possibilidade de conhecimento que a historiografia não produz apenas com documentação escrita.

A utilização da História Oral rompe com os limites e com os métodos tradicionais de pesquisa acadêmica e nos leva a entrar em contato com os grupos que são receptáculos de memória. A coleta, o estudo e o registro destas memórias, ou seja, sua passagem pelas mãos do historiador faz com que elas se transformem em História. O atual aumento do compasso da História, ditado pela aceleração do ritmo de vida das pessoas, possibilita o advento da hegemonia do efêmero, onde o passado perde rapidamente espaço para um presente contínuo que propicia a perda da memória e dos grupos onde esta é preservada. Nesse sentido, para a construção do saber histórico sobre grupos específicos, é urgente que estudemos suas memórias. Caso contrário, corremos o risco de perder parte de nossa História.

Sendo assim, pretendemos valorizar as falas dotadas de sentido de grupos que, como já dissemos, foram excluídos da historiografia, neste caso específico, das militantes políticas de esquerda. Portanto, para a realização deste trabalho contamos com a participação de cinco depoentes que tiveram atuação importante e expressiva em suas respectivas organizações. Quatro das entrevistas foram utilizadas como fontes para o estudo e uma figura como material de apoio. A escolha destas depoentes se deveu à suas atuações corajosas e essenciais para o funcionamento e em casos específicos, para a continuidade da existência das organizações em que participaram. Ainda hoje estas mulheres são vistas como membros importantes e representativos de seus grupos. Seus depoimentos são dotados de significado e importância e dão conta de várias facetas do passado político e social recente de nosso país.

Historicamente, os indivíduos sempre agiram influenciados pela identidade de gênero⁵. Todos, desde o nascimento, passam por um processo de socialização que tem como objetivo incutir-lhes, dentre outros elementos, esta identidade. As mulheres, desde a infância, são incentivadas a adquirir características e valores que são identificados pela sociedade como os mais adequados à figura feminina. **Dentre esses, podemos destacar a passividade, a sensibilidade, a submissão, a necessidade de demonstrar amor e cuidados para com outros, a compreensão, a dedicação e a emotividade.** Estas “qualidades” são consideradas mais adequadas para elas porque viabilizariam ou estariam ligadas ao papel que a “natureza” lhes

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

ISSN – 1808–1967

destinou: o de gerar e cuidar dos filhos. Sendo assim, não seria mais que natural que demonstrassem esses atributos. No entanto, é interessante perceber que, ao longo do processo de socialização, as mulheres são incentivadas a *adquirir* estas características, ou seja, *aprendem* ao longo do tempo a interiorizar valores e apresentar atitudes, que são socialmente adequados para o período, mas são apresentados como naturais e resultam em uma posição de subordinação, seja na família ou no mercado de trabalho. Estes valores passarão a integrar a imagem que elas têm de si e determinarão a maneira como elas se relacionarão com o mundo.

Durante a década de 60, – período em que estava em curso uma série de mudanças comportamentais femininas – no interior das famílias brasileiras, discutia-se qual deveria ser o papel desempenhado pelas mulheres. Sendo educadas para serem esposas, mães e donas-de-casa, seria apropriado que estas estudassem? Deveriam trabalhar? Neste momento, a possibilidade de profissionalização aparecia como uma “inovação ao “verdadeiro” papel da mulher”⁶.

Indo ao encontro desta afirmativa, a pesquisadora Glaucia Vasques de Miranda considera que, durante os anos 60 e 70, as escolas, “entendidas como instituições destinadas a transmitir valores e atitudes de geração a geração e preparar os recursos humanos de uma nação para o papel produtivo” e como “sendo responsáveis pela definição e reforço das normas e valores culturais da sociedade”⁷, contribuíam para a manutenção da concepção de que as atitudes femininas deveriam refletir os valores “naturalmente herdados” por ela. Na opinião de Guiomar Namó de Mello, “a escola em si não seria responsável pelos estereótipos” de sexo, mas estaria “longe de ser vanguardista em relação aos papéis sexuais”⁸. Assim, quando o sistema educacional incentivava a profissionalização feminina fazia-o direcionando-as para as atividades que eram consideradas uma extensão do papel de subordinação que deveriam apresentar. Nas palavras de Glaucia Vasques de Miranda:

Ao invés de tentar incentivar as mulheres para novas atividades e novas áreas, as instituições educacionais parecem reforçar o papel tradicional, e quando tentam ampliar-lhe os horizontes para novas atividades, acabam por criar nelas conflitos, uma vez que a sociedade dificulta, ou mesmo impede a sua participação em igualdade com o homem.⁹

O conflito acima citado derivaria do fato de, ao passar a exercer uma atividade profissional, a mulher se sentir desempenhando um falso papel, já que o comportamento adequado seria estar voltada para os cuidados do lar e da família. Resulta daí uma oposição

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

entre “comportamento desempenhado” e comportamento “idealmente correto”¹⁰. Este sentimento de contradição seria ainda reforçado pela posição da família quando da profissionalização feminina. De acordo com Eva A. Blay a saída para o mercado de trabalho era vista com desaprovação tanto pelo pai quanto pelo namorado. Comenta a pesquisadora que, para eles, talvez, ela demonstrasse “que o pretenso papel masculino de provedor financeiro do lar tenha falhado e, ao trabalhar, a mulher completa um orçamento que os membros masculinos não foram capazes de tornar adequado às necessidades da família”¹¹. Assim, no âmbito familiar “o início da vida profissional (da moça) se faz frequentemente sob a expectativa de que este estágio de atividade é passageiro, de que “infelizmente” ela precisa trabalhar, mas ao se casar ela não mais “precisará” fazê-lo, de que está sendo obrigada a isso por razões econômicas”¹². O fato de haver a expectativa de deixar o mercado de trabalho quando se casasse demonstra que o estado de dependência não só era incentivado, mas também aceito pelas mulheres do período, indicando que os valores e atitudes assimilados passam a fazer parte da auto-imagem que a pessoa constrói.

Neste sentido, quando interessadas em adentrar o mercado de trabalho, as mulheres se encaminhavam para as atividades vistas como femininas, ou seja, aquelas que eram consideradas socialmente adequadas a elas. De acordo com Ricardo da Costa Rabello¹³, seriam femininas as ocupações que exigissem “apenas qualidades medianas de quem as realiza – ocupações, postos ou serviços chamados, por isso, “de mulher”. De mulher seriam deste modo as profissões que dessem aos profissionais uma situação de dependência” ou “as de mais baixa remuneração, as mais rotineiras, que exigem menor preparo profissional, onde não há possibilidade de carreira, e onde a ameaça potencial de desemprego é sempre maior”¹⁴. Sendo assim, o trabalho feminino era visto como secundário, para o qual não havia necessidade de grande preparação ou aperfeiçoamento, e a contribuição dele resultante era tida como complementar ao salário do marido. Concordamos com Heleieth Saffioti¹⁵, quando afirma que no período “o salário feminino não apenas podia ser considerado inferior ao do homem na medida em que era considerado complementar, como devia ser inferior a fim de manter a superioridade masculina no lar”. Desta forma, a mulher que começava a se profissionalizar, ao longo das décadas de 60 e 70, procurava as atividades burocráticas ou administrativas, que resultavam, na maioria das vezes, em relações de subordinação.¹⁶

Devemos, ainda, salientar que a subordinação sofrida pela mulher e legitimada por seu processo de socialização resulta em dois problemas que se interpenetram e que, em determinada medida, nos afetam até hoje. O primeiro é o que pesquisadores chamaram de “motivo para evitar o sucesso”. Segundo estes, quando

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

“a menina é ensinada a obedecer e a não disputar com o homem, a assumir um papel secundário para ser amada. Os modelos femininos veiculados por nossa cultura reforçam os valores do grupo familiar restrito. Estes fatores parecem colaborar para que a mulher, mesmo aquela que é bem dotada intelectualmente e que assume valores inovadores quanto ao seu papel, tenha receio de empenhar-se demais para ser bem sucedida.”¹⁷

Em consonância, o segundo seria o não desenvolvimento pleno das potencialidades femininas, principalmente no que se refere a áreas profissionais socialmente valorizadas¹⁸. Como exemplo, podemos citar que, no período, as mulheres não se sentiam a vontade para se encaminhar para as profissões mais rentáveis, como a engenharia e advocacia.

Por sua vez, o homem, em seu processo de socialização, era incentivado a adquirir características opostas às femininas. Para a mulher caberia delicadeza e submissão, para o homem, força e domínio. Para elas passividade, para eles ação. Ela seria “naturalmente” dependente, ele “por natureza” provedor. Tanto na família como na escola, o menino era incentivado a participar das atividades mais valorizadas pelo grupo e que, supostamente, o prepararia para o exercício do papel de chefe e provedor.

Sendo assim, as mulheres, de quem se esperava submissão, obediência e passividade, estiveram confinadas ao espaço privado do lar. O papel social destinado a elas não permitia que possuísem o poder político, tradicionalmente masculino, mas possibilitava que exercessem influência sobre a sociedade civil, numa equivalência entre feminino, poder privado e sociedade civil, em oposição ao masculino, poder político e Estado. Isto não quer dizer que dentro de seus lares as mulheres reinassem absolutas: havia ainda o chefe da família, a quem deveriam prestar contas sobre as decisões tomadas ou ordens não cumpridas. Neste sentido, Michelle Perrot considera que “o poder político é apanágio dos homens – e dos homens viris. Ademais, a ordem patriarcal deve reinar em tudo: na família e no Estado. É a lei do equilíbrio histórico.”¹⁹

Contudo, durante a década de 60, em consonância com uma tendência mundial, uma vanguarda de mulheres, com idade entre vinte e trinta anos, rompeu com os padrões comportamentais acima descritos e empreendeu mudanças profundas e significativas para os moldes da época. **Estas mulheres pretendiam alterar os papéis sociais a elas destinados pelo processo de socialização.** Pertencentes, principalmente, à classe média, queriam ultrapassar o modelo de comportamento social herdado de suas mães e avós, ou seja, queriam outro papel que não de ordenar o poder privado. Estas mulheres questionavam a idéia de feminilidade

ISSN – 1808–1967

vigente, que apresentava como mulher ideal “aquela frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem”²⁰, queriam demonstrar que escapavam do estereótipo *natural* da mulher passiva. Com este objetivo, começaram discutir valores e conceitos morais já institucionalizados, como a virgindade, o casamento, a monogamia, a maternidade vista como necessidade para a realização pessoal feminina. Para esta vanguarda, a liberdade se’xual se fez acompanhar da pílula anticoncepcional, cujo uso, acelerou as mudanças comportamentais.²¹ Naquele período, a moda também foi vista como expressão da liberdade emergente. A minissaia e o biquíni foram amplamente adotados pelo público feminino e criticados na mesma proporção pelas alas conservadoras da sociedade. No entanto, não só a igreja e outros setores conservadores depreciaram essas mudanças. Também as organizações de esquerda, que atuavam no período, criticaram a nova forma de comportamento feminino e tiveram dificuldades em aceitá-lo.

Para essas mulheres, significava uma grande ousadia pretenderem o espaço masculino por excelência. No entanto, muitas delas ousaram. E mais: ousaram duplamente. Além de empreenderem mudanças no comportamento, um considerável número destas mulheres também se tornou militante política, passando a integrar essas mesmas organizações políticas de esquerda, que se opunham ao regime militar instalado no país em 1964 e, em muitos casos, propunham a luta armada como via principal para a redemocratização do país ou para o estabelecimento do socialismo.

Oriundas principalmente do movimento estudantil, as mulheres militantes perfaziam cerca de 18% do total dos integrantes das organizações de esquerda que pegaram em armas contra o regime militar. A grande maioria das processadas em Inquéritos Policiais Militares compunha-se de estudantes (186; 32,2%), professoras ou profissionais com formação superior (133; 23,0% e 103; 17,8% respectivamente), constituindo um total de 422 mulheres (73,0%), que podem ser classificadas como pertencentes à classe média, assim como a maioria dos integrantes processados (58%, 1096 de um total de 1897 homens e mulheres)²². Em menor número, mulheres de outros extratos sociais – trabalhadoras manuais, rurais e urbanas – também foram processadas por envolvimento com as esquerdas em geral (10 trabalhadoras manuais, um total de 1,7% das 578 denunciadas com atuação conhecida), enquanto que por envolvimento com os grupos armados, nenhuma trabalhadora manual esteve nesta situação.

Conforme exposto, a maior parte das mulheres que se engajaram em organizações que propunham a luta armada, provinha do movimento estudantil. Nesta situação, enquadraram-se os depoentes deste trabalho. Áurea Moretti, ex-militante das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)²³, Guiomar Silva Lopes, ex-militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN)²⁴ e

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

ISSN – 1808–1967

Criméia Almeida, ex- Partido Comunista do Brasil (PC do B)²⁵ e combatente da região do Araguaia. Apenas Maria Amélia de Almeida Teles – irmã de Criméia, também ex-militante do PC do B e originária da ala jovem do PCB – iniciou sua militância política com trabalho de base na alfabetização de operários.

Como a maioria das militantes políticas, Guiomar Silva Lopes, nascida na cidade de São Paulo no ano de 1944, iniciou sua militância política no movimento estudantil ao ingressar no curso de medicina na Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1965, quando, de acordo com seu relato, começou a reorganização do movimento estudantil depois da instituição de Diretórios Acadêmicos (DAs) organizados por diretorias favoráveis ao governo militar. No ano de 1966, passa a integrar a Dissidência de São Paulo²⁶, onde permaneceu nos dois anos seguintes, atuando intensamente no movimento estudantil por meio da diretoria da União Estadual dos Estudantes (UEE). Em 1968, com a intensa campanha repressiva que atingiu o movimento estudantil, criou-se uma situação de grande inquietação no meio, principalmente entre os integrantes de pequenos agrupamentos, como a Dissidência de São Paulo. De acordo com Guiomar, esta situação de insegurança levou alguns militantes a procurarem organizações maiores e melhor estruturadas, como a ALN, organização na qual entraria. Em suas palavras:

Então todo mundo começou a perceber que estava chegando o momento de uma clandestinidade, uma decisão, o movimento de massa tem que refluir, ganhar forças de alguma maneira e esses militantes que já eram conhecidos da repressão teriam que tomar outra situação, provavelmente a clandestinidade. Bom, então em 68, você já tem toda essa inquietação e alguns já procuram a ALN. (...) Eu estava muito aflita, aí teve uma reunião dentro da Dissidência com o Velho, que é o Joaquim Câmara Ferreira, e daí eu me lembro bem ele tinha se preocupado, ele dizia: “Você precisa terminar o curso de medicina”. Além do que os meus grandes amigos já tinham sumido, o Chael (...) Então fiquei naquela indecisão, mas com muita vontade de participar mesmo na guerrilha, e aí esse contato foi decisivo pra gente entrar na ALN. (...) Então na ALN, que começou em 68 – 69, já existia um grupo guerrilheiro dentro da cidade extremamente eficiente, as pessoas já tinham ido treinar em Cuba, então tinham um grupo muito bom em termos de conhecimentos, táticas de guerrilha urbana (...)”²⁷

Podemos perceber que tanto o desejo de participar imediatamente do processo de luta armada que, como acreditavam os militantes políticos, levaria à libertação do país da influência imperialista, quanto a necessidade de segurança e de condições objetivas de luta levaram nossa

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

ISSN – 1808–1967

depoente a adentrar os quadros da ALN, organização que oferecia condições ideais de satisfação destes anseios, já que pregava que a “ação faz a vanguarda” e propunha a formação de “um Exército de Libertação Nacional apto a derrotar o Regime Militar e aplicar um programa de transformações cujo eixo mais central era o ‘antiimperialismo’.”²⁸ Em 1969, Guiomar praticou diversas ações armadas, entre elas a expropriação ao Salão de Cabeleireiro Charles, de onde o GTA (Grupo Tático Armado) a que pertencia levou dinheiro, jóias e perucas que seriam utilizadas em ações futuras. No ano seguinte, entre outras ações, participou do assalto à Agência do bairro Jabaquara da União dos Bancos Brasileiros em 02 de março de 1970 e da ação no Banco Brasileiro de Descontos da rua Guaíba, também em São Paulo.

Ainda em 1970, Guiomar é presa e sentenciada a 15 anos de prisão.

Em 1964, quando do desfecho do golpe militar, Maria Amélia de Almeida Teles, nascida em Contagem/MG em 1944, tinha 19 anos e já possuía militância política formal havia 4 anos. Em 1960, ingressou no PCB, transferindo-se ao PC do B quando da cisão que resultou na criação deste partido em 1962. Militando na ala jovem do PC (e depois no PC do B), atuava na periferia de Belo Horizonte trabalhando com o método Paulo Freire na alfabetização de operários. Filha de militante político, Maria Amélia, desde a infância, teve contato com diversas tendências políticas de esquerda, fruto da convivência com militantes de diversos setores. “(...) meu pai atuava em sindicato, era uma coisa mais aberta e a minha casa freqüentava qualquer ‘ista’ de esquerda, não tinha exclusão, então sempre tive contato com as organizações de esquerda em geral.”²⁹ Desta forma, Maria Amélia sempre se considerou de esquerda, fato tido como caminho a ser naturalmente seguido, com a influência paterna sendo preponderante na sua formação e atuação política. Não só a influência paterna, mas também a consciência social adquirida durante os anos de trabalho com operários motivaram Maria Amélia a continuar na militância política clandestina, fazendo trabalho de base junto aos trabalhadores da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, para onde se mudou depois de seu casamento.

Criméia Alice Schmidt de Almeida, irmã de Maria Amélia, aponta o próprio governo militar e o estado de coisas estabelecido por ele como os principais motivos para sua militância política no pós-64. Em suas palavras:

(...) a ditadura foi o ponto alto para mostrar que era difícil lutar, porque tudo que se tinha conseguido até 64, todas as garantias democráticas, foram usurpadas pelo governo militar. Então não há maior motivo do que a própria ditadura para você lutar contra ela, e os partidos que lutavam contra a ditadura eram os partidos de esquerda.³⁰

ISSN – 1808–1967

A militância política de Criméia, assim como a de sua irmã, também foi iniciada anteriormente ao golpe militar, tendo sido vinculada nessa fase ao PCB e posteriormente transferida para o PC do B, onde participava do movimento secundarista. Em 1968, esteve presente no 30º Congresso da UNE, quando foi presa e indiciada em um novo Inquérito Policial Militar, sendo que o primeiro IPM no qual constava, citava toda sua família. Em 1969, foi para a região do Araguaia participar do desenvolvimento da luta armada no campo, como propunha o PC do B. Ficou na região até o início de 1972, quando, grávida, teve que se retirar do campo de guerrilha, pouco antes da chegada do exército à região. Em São Paulo, foi presa junto com sua irmã Maria Amélia, seus sobrinhos e seu cunhado.

Áurea Moretti militava no movimento estudantil da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (atualmente Universidade de São Paulo – USP/Campus Ribeirão Preto) quando, em 1965, ingressou nas fileiras do PCB, nelas permanecendo até 1966, quando da expulsão do Comitê Zonal de Ribeirão Preto, embrião das FALN. Até o ano de 1969, militou nas FALN, onde exercia funções de logística – atividade que incluía levantamento de dados para ações, recolhimento de fundos para a luta e a distribuição de *O Berro*. Com a queda do grupo, em 1969, Áurea foi presa, assim como seus companheiros, permanecendo nesta condição até 1971. Sobre seus motivos para entrar em uma organização de esquerda: a percepção das injustiças sociais e o contato com as idéias socialistas. Áurea nos conta:

Em 65 teve duas coisas paralelas que eu entrei na faculdade de Ribeirão Preto, lá a gente foi tomando uma consciência de esquerda e também um... Vê que o socialismo era a saída. Eu tinha perdido antes de 64 uma parenta que trabalhava na reforma agrária junto com trabalhadores rurais, e eu que fui criada na fazenda sempre achei estranho porque o povo trabalhava tanto e não tinha o que comer, e o fazendeiro tinha tudo (...) ³¹

Embora estivessem imbuídas do desejo de mudança, da construção do “*homem novo*”, ³² – sujeitos capazes de mudar a História – e guiadas pela ideologia revolucionária do período, que valorizava “a prática, a ação, a coragem, a vontade de transformação, por vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas” ³³, as organizações de esquerda mais conservadoras – e mesmo os militantes de setores da esquerda que desejavam uma revolução nas práticas sociais – não viam com bons olhos as mudanças comportamentais empreendidas pelas mulheres na década de 60.

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

ISSN – 1808–1967

Geradas e inseridas no seio de uma sociedade cheia de contradições, as organizações, armadas ou não, refletiam e reproduziam este aspecto no tratamento destinado às mulheres que militavam em suas fileiras. Para muitos, como os dirigentes do PCB, que até os anos 50 promoviam casamentos reparadores entre os membros que por ventura viessem a cometer algum “erro” ou desvio moral, tais mudanças não eram vistas como avanço, mas como retrocesso. “Eram sintomas de decadência da burguesia”³⁴, que manchavam a pureza moral do ideal proletário. Vistas por esta perspectiva, estas mudanças eram percebidas como contraditórias à idealização do *homem novo*, “um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do ‘coração do Brasil’, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista.”³⁵.

A perturbação da ordem, provocada pelas mudanças comportamentais femininas, é evidente na fala de Maria Amélia:

E as mulheres começaram a chegar em 1968. (...) E as mulheres vieram com idéias de participação de igual para igual com os homens, elas vêm com uma idéia mais liberada a respeito da sexualidade, elas se comportam dessa forma e veja o quanto elas incomodam a cabeça dos homens, a sua vestimenta, elas vêm com uma minissaia, e eles dizem que elas já estão provocando, que dá até para ver a calcinha dela. (...) quando eles não tinham mais argumento era o conservadorismo que prevalecia, aí quando não tinha mais esse argumento era a segurança do Partido, se vissem uma militante de saia iria tirar a segurança do Partido porque todo mundo ia ficar olhando.³⁶

Pertencentes ao PC do B, um dos partidos de esquerda mais antigos, oriundo do PCB³⁷, e composto por uma elevada porcentagem de quadros antigos³⁸, Maria Amélia e Criméia são unânimes ao declarar que este era um partido machista. Um indicativo para a atitude do PC do B aparece no depoimento de Maria Amélia:

(...) é um partido extremamente machista em todos os sentidos, não é só que acha que o homem é mais importante que a mulher, (...) *era o pensamento da sociedade*: a supremacia masculina, a inferioridade das mulheres. Mas o Partido excluía as mulheres dos postos de comando, o que às vezes em outra organização você vai encontrar uma mulher, no Partido não, era bem rigoroso, um pensamento bem machista, que as mulheres não são tão firmes, não têm tanta convicção diante da repressão, na hora da tortura elas vão entregar (...) ³⁹ (grifo nosso)

ISSN – 1808–1967

(...) continuo no PC do B até 87, quando foram expulsas algumas feministas. Eu não, mas a Maria Amélia foi expulsa, (...) porque uma característica dos partidos é serem machistas. Então me afastei do Partido, deixei de participar e não entrei em nenhum outro partido, que minha experiência mostrou que os partidos são muito machistas.⁴⁰

Conforme destacamos anteriormente, mesmo que estivessem imbuídas pelo desejo de mudança política, econômica e *social*, as organizações praticavam o mesmo tipo de relação de gênero que a sociedade da época, fato que deve ter sido exacerbado justamente pelas características que distinguiam o PC do B: ser uma organização antiga, constituída nos moldes de um partido de orientação marxista-leninista, composta por quadros pertencentes a uma faixa etária maior.

É interessante perceber que as demais depoentes, embora percebessem certas diferenças no tratamento destinado às mulheres dentro de suas respectivas organizações, não caracterizavam estas como machistas. Nas palavras de Guiomar Silva Lopes:

Eu tive a oportunidade de discutir algumas vezes esta questão, uma delas com Joaquim Câmara Ferreira, e ele era uma pessoa muito delicada, próximo da gente, dedicado, carinhoso e daí quando eu falei da participação da mulher na guerrilha rural, ele dizia: 'Imagina uma moça participando da guerrilha rural, é muito complicado, é um cúmulo'. E aí discutimos um pouco, ele não queria discutir essas questões, acabava postergando. Às vezes, senti uma dificuldade de alguns companheiros de aceitar uma mulher no comando, mas de maneira geral, essas foram duas questões que eu estive mais próxima. O nosso dia-a-dia era muito tranquilo, não tinha diferença. Agora é evidente que faltou a discussão da questão feminina.⁴¹

A ALN, organização a que pertencia Guiomar, era composta por quadros mais jovens, militantes que provavelmente aceitavam com menos dificuldades as mudanças empreendidas por suas companheiras de militância. A entrevista de apoio concedida para este trabalho pela Profa. Dra. Maria Lygia Quartim atesta esta afirmação. Segundo ela, a ALN era uma organização de um novo tipo porque "ela tinha um outro jeito de ser, tinha outro tipo de hierarquia"⁴², especialmente porque estava fazendo crítica à burocracia e às hierarquias existentes no PCB. No entanto, não devemos deixar de considerar que estas dificuldades existiam e persistiam, principalmente por parte das lideranças mais antigas, como no caso do próprio Joaquim Câmara

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

ISSN – 1808–1967

Ferreira, quadro saído do PCB e citado pela depoente. Era evidente também a dificuldade de alguns militantes em aceitar mulheres na direção, fato que voltaremos a discutir mais adiante.

A mesma dificuldade de aceitação de mulheres na guerrilha rural também foi sentida por Criméia quando chegou ao acampamento, na região do Araguaia.

(...) eu fui a primeira mulher jovem que chegou lá porque tinha uma mais velha que era da direção do Partido e quando eu cheguei, o dirigente João Amazonas disse que ia depender muito do meu desempenho a ida ou não de mulheres para a guerrilha. Eu fiquei muito revoltada com isso porque: 'A participação da mulher na revolução depende do meu comportamento individual, pessoal? Por acaso você disse isso para o primeiro homem que veio para cá? Certamente não disse, vocês pensaram que ia depender do comportamento desse ou daquele homem para fazer a revolução ou não? Por que se coloca isso para uma mulher?'⁴³

As condições impostas para Criméia pela direção do PC do B (que inclusive contava com uma mulher) e a negativa de discutir os temas ligados aos problemas femininos por parte de um dos dirigentes da ALN, organização de tipo novo, tornam-se um exemplo claro do que pensavam os diversos setores da esquerda sobre os problemas femininos específicos. Grande parte desta esquerda considerava o movimento feminista como um divisor, não como um aliado na busca de mudanças sociais gerais. Esta situação ocorria porque as organizações de esquerda pretendiam imprimir uma resistência sistemática e concisa ao governo ditatorial. Com este objetivo, tentavam racionalizar as relações entre os militantes adotando o princípio da igualdade entre estes, ou seja, todos os militantes, tanto homens quanto mulheres, deveriam receber um tratamento imparcial. Na verdade, a adoção deste princípio relegava as particularidades dos envolvidos no processo a segundo plano, quer dizer, desprezando as diferentes necessidades de cada militante, principalmente das mulheres. Esta situação aparece claramente no depoimento de Criméia:

(...) de um lado a tentativa de deixar o trabalho doméstico para a gente, de outro lado, quando a gente resistia a isso, era tratar a gente como se fosse um homem sem diferença alguma. 'Então tudo bem, a sua tarefa é derrubar uma árvore, sem ajuda.' Onde a gente estava, tinha muito essa dicotomia, hora eram paternalistas, hora era o extremo, tratava como se não tivesse diferença alguma. Então você tinha que estar sempre lembrando: 'Eu sou mulher e sou guerrilheira. Eu não quero proteção, mas também não quero ser

ISSN – 1808–1967

explorada, eu não sou homem, eu sou mulher.' Então tinha que estar lembrando esses fatos.⁴⁴

Criava-se, com a adoção deste princípio, a ilusão de um sujeito militante unitário que não existia. Portanto, sendo iguais, as mulheres que participavam diretamente destas organizações não poderiam apresentar necessidades diferentes. São elucidativas as palavras subseqüentes de Criméia:

Não se falava muito na igualdade de direitos. A gente ainda não tinha o conceito de diferentes e iguais em direitos. As diferenças não eram tratadas, eram vistas, e aí quando se propunha igualdade de direito. É isso que eu te disse, se supunha que uma mulher era emancipada, **ela já devia ter igualdade de deveres antes de conseguir os direitos.**⁴⁵

Os problemas diferentes, referentes às questões femininas específicas, eram considerados secundários e/ou divisionistas. Rememorando esta questão, Guiomar coloca-a como pendendo entre dois pontos que em sua fala aparecem como distintos, mas que em nossa análise podem ser vistos como complementares

Eu acho que essa discussão chegou sempre um pouco intercortada, porque a idéia é que a gente tinha tarefas mais importantes e urgentes que era a tomada do poder e essas questões seriam discutidas depois da tomada do poder. Então toda vez que se discutia alguma coisa relativa à questão feminina eu acho que era mal abordada, pouco abordada. (...) Então essas questões ficaram postergadas, acho que porque elas eram delicadas. *Fica essa dúvida, se era porque elas iam mexer muito, se porque elas eram delicadas.* As tarefas eram tantas, imediatas e urgentes (...) ⁴⁶ (grifo nosso)

A discussão dos problemas ligados à questão feminina tornava-se um assunto delicado porque se referia justamente a uma das novas reivindicações criadas pelas mudanças comportamentais empreendidas pelas militantes. O debate aberto e intenso sobre este assunto implicaria necessariamente em uma mudança de mentalidade, atitudes e posturas profundamente arraigadas no imaginário social, trazendo para o primeiro plano questões que,

ISSN – 1808–1967

como dito anteriormente, eram tidas como secundárias e/ou divisionistas. Estas questões, de fato, iriam “mexer muito”, em diversos aspectos, com as organizações de esquerda.

As organizações de esquerda eram predominantemente masculinas em sua composição e também em suas “regras, normas e comandos”⁴⁷, o que Daniel Aarão Reis Filho classifica como um “processo de elitização com indícios de superconcentração social, geográfica, intelectual e sexual.”⁴⁸ As organizações e seus integrantes empregavam, ainda que não intencionalmente, as distinções culturais baseadas em diferenças físicas entre os sexos, que por sua vez, serviam para justificar a estrutura social masculina, considerando a capacidade de direção como atributo inerente aos homens e destinando às mulheres as atividades complementares. Portanto, valorizavam características ligadas ao ideal de competência masculina, como a competitividade, independência, decisão e autoconfiança, enquanto considerava inferiores e irracionais sentimentos como a afetividade, a compreensão, a gentileza e a empatia, características imediatamente identificadas com as mulheres.

Este posicionamento resultava em um tratamento ambíguo para as militantes, porque possibilitava que recebessem mais ajuda e proteção ou fossem procuradas como suporte para determinados comportamentos sociais, como, por exemplo, fazer confidências. No entanto, ao mesmo tempo, impedia que as mulheres tivessem acesso a posições de comando ou direção dentro das organizações. O resultado desta forma de atuação foi o reduzido número delas que ocupou postos de direção nas organizações de esquerda. No depoimento de Maria Amélia podemos perceber este mecanismo de seleção em ação e o seu conseqüente resultado:

(...) olha todas as mulheres que vão para direção do Partido naquela época, que são raríssimas, o próprio Partido tem suspeição sobre ela. É uma coisa assim tão distante e eu não vou falar sobre isso, é uma coisa que me machuca muito. ‘Mulher que vai para direção, será que está dormindo com o chefe?’ É aquela história, fica sempre aquela dúvida: é competente ela? (...) E essa dúvida nunca deixou de existir dentro do Partido ou essa posição. Então não tinha mulher na direção. Não tinha e não era para ter. E as mulheres que insistiram nessa história de participar da direção foram todas mal vistas, era como se fossem carreiristas, oportunistas, que só pensa em direção. ‘Ela está é querendo poder.’ Como se fosse um absurdo mulher querer poder, era de extremo machismo, era uma incoerência muito grande.⁴⁹

O artigo “Cognição social, estereótipos de gênero e sexismo”, de Maria Alice D’Amorin, classifica como sexismo⁵⁰ benevolente o tratamento ambíguo destinado pelas organizações de

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

ISSN – 1808–1967

esquerda às militantes. Este comportamento consiste em um conjunto de sentimentos masculinos em relação à mulher que, sendo ambivalente, pode incluir a hostilidade e a benevolência.⁵¹

Um dos aspectos mais marcantes apresentados por este tipo de comportamento é o “paternalismo”, comportamento que inclui elementos de autoridade e de proteção que, em um primeiro momento, justificava a intervenção masculina porque via a mulher como um adulto apenas parcialmente capaz física e intelectualmente e, em um segundo momento, possibilitava que as militantes recebessem mais ajuda e proteção. O protecionismo também aparece no depoimento de Maria Amélia:

A idéia do Partido era mais de protecionismo, era como se a mulher fosse incapaz. Então tem que proteger em vez de sacanear. Tipo: ‘a mulher já é famosa por ser objeto sexual, então vamos usá-la’. Não, não era nesse sentido, que podia ser também, mas eu falo no sentido do protecionismo, evitava que nós fôssemos para a linha de frente na batalha, mas agora que a contingência exigia que nós fôssemos, então 30% foram.⁵²

Outro elemento é o da “diferenciação de gênero”, prática que consiste nas distinções culturais baseadas nas diferenças físicas entre os sexos. Estas diferenças serviam para justificar a estrutura social masculina, que considerava os homens aptos a dirigir e as mulheres como complementos que possuíam qualidades que faltam aos homens. Isto justificava a valorização das características masculinas, o reduzido número de mulheres dirigentes dentro das organizações e a divisão dos serviços delegados às militantes. Estas ficavam, na maior parte das vezes, com as tarefas de observação, levantamento de informações e de apoio logístico, mas raramente com o comando de uma operação.

As depoentes deste trabalho realizavam diversas tarefas. As primeiras ações de Guiomar incluíram “expropriação” de carros e placas de automóveis, que seriam utilizadas posteriormente em outros veículos. Participou também em várias ações armadas. Porém, a principal preocupação do grupo tático a que pertencia era angariar fundos para a organização. “(...) a gente começou a fazer alguns levantamentos, porque a gente sabia que o grande problema era o dinheiro, a organização não recebia dinheiro de lugar nenhum, ela tinha que tentar trazer o dinheiro (...)”⁵³ Entre suas atribuições também incluíam-se tarefas de apoio, como a confecção de documentos falsos para os demais integrantes da organização e levantamento de endereços de possíveis colaboradores da ditadura.

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil – Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

ISSN – 1808–1967

As tarefas de Maria Amélia estavam também ligadas à infra-estrutura da organização. Ela cuidava, juntamente com seu marido, do setor de imprensa do PC do B e também cuidava de aparelhos do Partido.

As minhas tarefas vão ser ligadas à imprensa, eu vou ser rádio escuta, eu sou leitora de jornal, para ver o que está acontecendo, eu vou trabalhar na gráfica clandestina, fazer revisão, trabalhar com edição de material gráfico, (...) as vezes tinha que escrever algum artigo, tinha que ter esses contatos, tanto nacionais como internacionais, esses meios de ligação e esse trabalho é totalmente clandestino.⁵⁴

Criméia declara que para evitar as chamadas “tarefas femininas” se tornassem, em detrimento das outras atividades, sua obrigação exclusiva, procurou realizar todas as tarefas necessárias no acampamento, como caçar, cortar lenha e cultivar a terra. Questionada sobre quais tarefas desempenhava, ela respondeu:

Todas, não abri mão de nenhuma, não abri mão de fazer tarefas masculinas e não aceitei que as tarefas femininas ficassem só comigo, então no meu dia de cozinhar eu cozinhalva e no meu dia de caçar, ir para a roça, eu não abria mão. Tinha que dividir igualmente, é claro que se bobear sempre sobrava para a gente, principalmente as tarefas domésticas, cozinha suja para limpar, mas eu brigava para que isso não sobrasse.⁵⁵

Nas FALN, Áurea Moretti realizava diversos trabalhos, incluindo apoio logístico com levantamentos, a arregimentação de novos quadros e a distribuição do jornal *O Berro*. Cuidava também da assistência de saúde dos companheiros que treinavam no acampamento guerrilheiro próximo à cidade de Ribeirão Preto. Ela descreve assim seu trabalho:

Eu era o apoio logístico, eu fazia os contatos, pessoas que esconder ou dormir uma noite, outros que davam dinheiro, outros que davam consulta médica, remédio, alimento e aqueles que iam se destacando, a gente ia trazendo mais para o grupo.⁵⁶

Como podemos perceber, as tarefas desempenhadas pelas depoentes deste trabalho visavam à conservação do funcionamento da estrutura da organização. Em suas falas,

ISSN – 1808–1967

transparece o grau de engajamento que dedicavam às organizações. Não hesitaram em dedicar suas vidas a uma causa que consideravam vital. No entanto, apesar de haver o desejo expresso por parte de uma delas, nenhuma chegou a ocupar cargos de direção nas organizações em que militavam. Consideramos esta situação como fruto das relações de gênero praticadas pela sociedade e, de maneira análoga, pelas organizações de esquerda.

Geradas e inseridas em seu tempo, não poderiam escapar de sua influência e determinação.

As militantes aqui estudadas faziam parte de uma vanguarda e eram as pioneiras de um movimento. Sendo assim, embora não tivessem adentrado às organizações de esquerda pelo simples fato de serem mulheres, mas sim pelo desejo de atuarem politicamente na construção de um mundo novo, em sua nova prática, também carregavam consigo elementos das relações de gênero usuais. Assim, freqüentemente eram vítimas de seus próprios preconceitos. Estas mulheres participaram dos primeiros momentos da discussão feminista, um momento em que se privilegiava a conquista da igualdade de direitos, tarefa que elas tentavam realizar na convivência com seus companheiros. Criméia define esta mediação e fala de sua consequência:

Era uma questão que a gente discutia muito, essa questão do preconceito e discriminação da mulher, é que se seguia muito dentro de um viés de igualdade de direitos e acho que pouco naquele viés das diferenças individuais. Talvez uma fase do desenvolvimento da questão, quando se começa a ver que é preciso ter algumas igualdades, mas também que essa igualdade nos sobrecarregava muito. (risos)⁵⁷

Rindo da situação, hoje Criméia percebe que, além da igualdade de direitos, também era necessário o respeito às diferenças individuais. No entanto, naquele momento histórico, estas questões ainda não estavam formuladas. O raio de ação feminina era limitado e, como vanguarda, estas militantes sabiam mais o que não queriam do que o que queriam, pretendiam e rejeitavam mais que afirmavam.

Muitas se iniciaram na luta tentando se igualar ao sujeito militante unitário – que tinha as características masculinas como as ideais – para que pudessem adquirir seu espaço como militantes, não como mulheres. O depoimento de Maria Amélia de Almeida Teles corrobora esta afirmação: “algumas guerrilheiras tentaram se aproximar do modelo masculino. Acreditavam que dessa forma seu desempenho seria melhor nas ações militares”⁵⁸. Na entrevista concedida para este trabalho, Maria Amélia relembra:

Maria Cecília de Oliveira Adão - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FHDSS – Franca – SP – Brasil - Bolsista CAPES – e-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br

(...) tinha uma mulher lá que o raciocínio dela era igual ao de homem, extremamente machista e era até difícil nossa relação, porque tudo que você tinha desejo enquanto mulher ela achava absurdo, achava vício burguês, colocava em risco a segurança do Partido, você só podia pensar igual homem.⁵⁹

Notamos nesta prática uma contradição: se por um lado parte das mulheres que compunham esta vanguarda tentava se afirmar como mulheres independentes, donas de seus corpos e destinos, outras, por outro lado, procuravam negar sua condição feminina, para poderem adentrar os espaços masculinos e serem consideradas apenas militantes.

Esta tentativa passava também pelos tratos e cuidados que as militantes tinham com a aparência pessoal. Por procurarem o engajamento político, as militantes se consideravam em um patamar intelectual superior, diferente das outras mulheres – as “alienadas” – que tinham seus atributos e aspectos femininos desprezados. Para estas mulheres, o cuidado extremado com a aparência pessoal não condizia com sua opção política. Esta atitude era uma maneira de se diferenciar das outras mulheres, além de se afirmar enquanto militante e tentar ocupar espaços nas organizações de esquerda. Percebe-se, portanto, que as militantes não tinham a clara compreensão de como deveriam se comportar enquanto sujeitos políticos, já que também não tinham clareza do tipo de relações de gênero que estavam sendo estabelecidas e praticadas naquele contexto.⁶⁰

Por outro lado, havia as mulheres às quais já nos referimos, as militantes que acreditavam ser donas de seus corpos e destinos e que também reivindicavam igualdade de direitos com seus companheiros. Maria Amélia relata a chegada dessas mulheres ao PC do B, vindas em sua maioria do movimento estudantil em 1968:

E as mulheres vieram com idéias de participação de igual para igual com os homens, elas vêm com uma idéia mais liberada a respeito da sexualidade (...) Tudo isso foi muito importante, foi o nascer do feminismo, porque ao mesmo tempo eu entro em contato com as mulheres na organização, eu falo com mulheres jovens, a maioria veio do movimento estudantil e vieram com tudo, a fim de fazer a revolução pessoal, social ou econômica, eram mulheres extremamente revolucionárias (...)⁶¹

ISSN – 1808–1967

Estas mulheres resistiram às relações de gênero praticadas dentro das organizações e muitas vezes, conseguiram alterar práticas estabelecidas. Como vimos anteriormente, **Criméia deixa claro que** não rejeitava nenhuma atividade que necessitasse de realização dentro do acampamento guerrilheiro para que não sobrassem para ela somente as tarefas domésticas. Outro episódio vivido por Criméia dá conta da especificidade das discriminações vividas e combatidas pelas militantes:

E teve coisas do tipo assim: 'Você podia lavar roupa do companheiro da direção?' Que ele via que você era lavadeira. 'Eu lavo a minha e ele lava a dele. Se tiver algum companheiro doente, pode ser da direção ou não, homem ou mulher, que eu ajudo.' Porque é da direção, vem uma lavadeirinha aqui... Não, eu não era lavadeira. Eu era muito chatinha, reconheço, mas foi essa chatice que me manteve.⁶²

A "chatice" ou a determinação em não aceitar um tratamento desigual e preconceituoso era também uma forma de resistência adotada por ela e por outras militantes que posteriormente chegaram à região:

As outras, as que foram mais próximas de mim, foram muito decididas também, então quando elas foram chegando eu fui encontrando aliadas. Sempre havia uma tentativa de encostar as tarefas domésticas, e isso para a gente era pesado porque as tarefas masculinas eram muito pesadas na área rural, é cortar lenha de machado, derrubar árvore, são tarefas pesadas para homem e mulher. Agora a gente viu que se a gente abrisse mão dessas tarefas, quando fosse na hora do treinamento das ações armadas, a gente seria muito mais frágil, o treinamento fazia parte.⁶³

Na entrevista concedida pela Profa. Dra. Maria Lygia Quartim, ela relata que o treinamento militar em Cuba não era estendido às mulheres. Estas somente começaram recebê-lo quando as brasileiras chegaram àquele país e passaram a exigir a inclusão nos treinamentos. Em suas palavras:

(...) em Cuba não havia treinamento das mulheres, só treinavam homens, mas quando as brasileiras chegaram em blocos, elas exigiram treinamento militar. Então romperam. E também tinha essa questão, no momento em que as mulheres não queriam ficar só na retaguarda, queriam pegar em armas. As brasileiras foram as primeiras a ter treinamento militar em Cuba.⁶⁴

Percebemos que a determinação em mudar as relações de gênero praticadas pelas organizações de esquerda tornou-se uma constante na prática de cada militante. E esta persistência, em certa medida, resultou em mudanças substanciais, como no caso do início do treinamento de mulheres em Cuba.

É interessante notar que as demais militantes – Áurea e Guiomar – não fazem referência a nenhum tipo de resistência que tiveram que enfrentar dentro de suas organizações. Entre as prováveis explicações para fato, cremos que a mais acertada seja a de que, como já dissemos anteriormente, elas pertenceram a organizações de novo tipo, formadas em moldes diferentes do PC do B, tendo, portanto, uma prática e uma vivência diferentes das apresentadas por Maria Alice e Criméia. As últimas pertenciam a uma organização antiga, composta e comandada por quadros mais velhos, além de – dado importante – terem passado por longos períodos de convivência com companheiros masculinos na militância. As primeiras pertenciam a organizações mais jovens, portanto, com maiores possibilidades de aceitar e empreender as mudanças propostas pelas mulheres. O tempo de convivência destas com seus companheiros dentro das organizações também foi bastante reduzido em comparação com o das últimas. Provavelmente, por pertencerem a partidos de esquerda desde o início da adolescência, Maria Alice e Criméia tiveram bastante tempo para elaborar as considerações que hoje fazem sobre estes, diferentemente de Áurea e Guiomar.

Portanto, consideramos que as militantes procuravam ganhar espaço dentro das organizações de esquerda. Algumas, porém, faziam-no de modo ambíguo e contraditório, assim como o tratamento que recebiam. Estas militantes procuravam se diferenciar das outras mulheres não engajadas tornando, em alguns casos, sua condição evidente em sua aparência pessoal. Mas, por outro lado, esta postura também indicava uma tentativa de se adequarem ao sujeito militante unitário masculino, que era o referencial das organizações. Outras militantes resistiram por reivindicarem direitos iguais aos dos militantes masculinos sem, no entanto, abrirem mão de suas características femininas. Estas militantes, com o passar do tempo, perceberam que era necessário afirmar as diferenças e procurar uma nova forma de ação política. Estas formavam o embrião das discussões feministas dentro das organizações de esquerda. Posteriormente, com a volta das militantes exiladas, no final da década de 70, foram formados diversos grupos feministas que se mantiveram ativos, atuando em diferentes movimentos sociais do início da década de 80.

ISSN – 1808–1967

Recebido para publicação em maio de 2008.

Aprovado para publicação em junho de 2008.

Notas

¹ Como assinala Amílcar Torrão Filho, ao analisar o texto de Joan Scott, *História das mulheres*, durante a década de 60, sob influência do feminismo, passou-se a exigir que a historiografia explicasse a secular opressão sofrida pelas mulheres. Já na década de 70, estes estudos evoluíram para a “história das mulheres”, focada no feminino. Durante a década de 80 passa a ser utilizado o termo gênero, que se pretende “neutro, desprovido de propósito ideológico imediato” e considera de modo relacional as

ISSN – 1808–1967

- identidades femininas e o masculinas. TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde masculino e feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*. nº24, p.130, 2005.
- 2 PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.186.
- 3 GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância. Notas sobre as possibilidades de uma outra história de ação política. *Cadernos Pagu*. Campinas: ADUNICAMP, vol.08, nº9, p.334, 1997.
- 4 THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro, 1992, p.30.
- 5 Estamos utilizando o conceito de gênero como “a soma das características psicossociais consideradas apropriadas para cada grupo sexual” e identidade de gênero como “o conjunto das expectativas internalizadas pelo indivíduo em resposta aos estímulos biológicos e sociais”. D’AMORIM, Maria Alice. Cognição social, estereótipos de gênero e sexismo. *Revista Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.02, nº.02, p.158, dez /1996. 6 BLAY, Eva Alterman. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº15, p.09, dez/1975.
- 7 MIRANDA, Glaura Vasques de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas, em 1970. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº15, p.23, dez/1975.
- 8 MELLO, Guiomar Namó de. Os estereótipos sexuais na escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº15, p.142, dez/1975.
- 9 MIRANDA, Glaura Vasques de. *Op. cit.*, p.23. Em suas pesquisas, as duas pesquisadoras citadas neste parágrafo, afeririam que as meninas se saíam melhor que os meninos no que se referia ao desempenho escolar. É interessante notar que consideraram que isso se devia ao fato de que as atitudes socialmente incentivadas e aceitas como traços dominantes do estereótipo de gênero feminino eram as mesmas necessárias para o sucesso na escola. Desta maneira, atenção, docilidade, submissão e facilidade em perceber tanto as necessidades quanto os desejos alheios, assegurariam às meninas melhor adaptação às exigências das atividades escolares e, em consequência, melhores desempenhos. 10 BLAY, Eva Alterman. *Op. cit.*, p.23.
- 11 Idem, p.11.
- 12 Idem, p.11.
- 13 RABELLO, Ricardo da Costa. Aspectos sócio-econômicos da profissionalização da mulher. *Cadernos: CERU*. São Paulo, nº06, p.122, jun/1973.
- 14 GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº15, dez/1975.
- 15 SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979, p.28.
- 16 Rabello indica que, no início da década de 70, “entre as bancárias, para 87,2% de ocupações de dependência, há 4,8% de chefia e 2,6% de cargos autônomos. Entre as industriárias e funcionárias públicas evidencia-se o mesmo fenômeno, pois as primeiras ocupam 88,6% cargos de dependentes para 7,2% de chefia e 1,2% autônomos; e as segundas ocupam 74,4% cargos de dependentes para 16,8% de chefia e 5,2% autônomos. Neste último grupo é que se nota maior número de mulheres ocupando cargos de chefia. Isto se explica antes pelo critério de promoção entre os servidores públicos de que pelas qualidades que estas possam revelar.” RABELLO, Ricardo da Costa. *Op. cit.*, p.122. 17 BARROSO, C.L. & MELLO, G.N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº15, p.75, dez/1975.

ISSN – 1808–1967

18 BARROSO, Carmem Lúcia de Melo. Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da psicologia para a mudança. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº15, p.136, dez/1975.

19 PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p.175.

20 BRITO, Maria Noemi Castilhos. Mulheres como sujeitos sociais: a diferenciação feminina. *Revista Ciências Sociais*. Porto Alegre, v.01, nº02, p.173, 1987.

21 Embora tida como fator libertador, o uso da pílula anticoncepcional demorou a se popularizar. Como mostra Zuenir Ventura: “Uma pesquisa realizada no então Estado da Guanabara, entre 1965 e 67, mostrava que 76% das quatro mil mulheres ouvidas usavam todos os tipos de velhos anticoncepcionais – dos diafragmas à raspagem do útero –, menos as pílulas.” VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.35. 22 Dados retirados de RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p.197. Marcelo Ridenti, com base nos arquivos do projeto Brasil: Nunca Mais, classifica as processadas aqui citadas como pertencentes às “camadas médias intelectualizadas” (p.197). Em TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.64, a autora calcula o total de mulheres que participaram dos grupos armados com base no levantamento de mortos e desaparecidos políticos feito pelo Comitê Brasileiro de Anistia. Considera que de um total de 340 nomes, 40 são mulheres, perfazendo um percentual de 11,7%. Devemos, portanto, considerar que não existe um levantamento que dê conta do número real de mulheres que participaram das organizações de esquerda armada ou não, levando em consideração, principalmente, o caráter clandestino da militância política do período. 23 As Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) surgiram a partir de uma cisão do PCB em 1966, sendo que seus integrantes eram membros do Comitê Zonal da Região de Ribeirão Preto, cidade onde passaram a atuar. O grupo se organizava em torno do jornal estudantil *O Berro*, definido como “aglutinador de idéias e elementos do grupo, que também possuía origens na base rural e estudantil urbana do PCB”. Por meio de *O Berro*, tiveram uma ação de vanguarda na convocação de qualquer grupo a realizar ações armadas em favor do povo brasileiro contra a ditadura, ou seja, optaram pela via armada antes mesmo do fechamento do regime efetuado pela decretação do AI-5 em 1968. BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária*. Franca: UNESP, Dissertação de Mestrado, 2001, p.61. 24

A Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela, ex-dirigente do PCB, caracterizava-se pelo princípio da “autonomia tática”. Esta atitude fornecia maior mobilidade tática à organização porque permitia que cada grupo gozasse de liberdade para fazer as ações que considerava necessárias, desde que estivessem dentro do planejamento estratégico da organização. Por este princípio, a ALN se organizava quase como uma federação de grupos, coordenados pelo comando centralizado de Marighela. 25 O Partido Comunista do Brasil (PC do B) é fruto de uma cisão ocorrida no seio do PCB devido às discussões sobre a linha política a ser adotada pelo partido, que aconteceram entre 1956 e 1960. Discordantes da linha adotada pelo PCB, seus dirigentes passaram a pregar a violência revolucionária como o único meio para a conquista de um governo revolucionário popular. Proponente da guerra popular prolongada com o cerco das cidades pelo campo, o PC do B absteve-se das ações armadas urbanas e afastou-se das manifestações operárias.

26 A Dissidência de São Paulo foi fruto do mesmo processo de luta interna no PCB que resultou na formação da ALN, tendo, no entanto, uma ação política mais limitada. Nas palavras da militante: “Os estudantes que eram de uma organização como, por exemplo, a Dissidência, já tinham uma inquietação tremenda, (...) A gente sabia que ela não tinha uma capacidade, uma estrutura, para partir para o campo, como ela propunha, não tinha uma estrutura aqui na cidade para clandestinidade, estava tudo muito nebuloso...” Entrevista concedida por Guiomar Silva Lopes. 27 Entrevista concedida por Guiomar Silva Lopes. 28 ARNS, Paulo E. (Prefácio) *Brasil, Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1990, p.93, 94.

29 Entrevista concedida por Maria Amélia de Almeida Teles.

30 Entrevista concedida por Criméia Alice Schmidt de Almeida. 31 Entrevista concedida por Áurea Moretti. 32 Sobre a construção do homem novo, ver RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Artistas da revolução: do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.23-42.

33 Idem, p.31.

ISSN – 1808–1967

³⁴ VENTURA, Zuenir. *Op. cit.*, p.37.

³⁵ RIDENTI, Marcelo. 2000, *Op. cit.*, p.24.

³⁶ Entrevista concedida por Maria Amélia de Almeida Teles. ³⁷ “(...) era a mesma coisa naquela época, era Partidão e Partidinho, e eu era do Partidinho, mas era a mesma coisa no ponto de vista da oposição biológica (...) porque eram todos contemporâneos (...)”. Idem. ³⁸ “(...) então eles vêem que são velhos e dão valor ao quadro jovem do Partido, porque não tem jovem no Partido, eles mesmos falavam: ‘nós precisamos formar quadros no Partido porque os jovens vão para outras organizações mais interessantes, mais imediatistas’ (...)”. Idem. ³⁹ Ibidem. ⁴⁰ Entrevista concedida por Criméia Alice Schmidt de Almeida. ⁴¹ Entrevista concedida por Guiomar Silva Lopes. ⁴² Entrevista concedida pela Profa. Dra. Maria Lygia Quartim. ⁴³ Entrevista concedida por Criméia Alice Schmidt de Almeida. ⁴⁴ Idem. ⁴⁵ Entrevista concedida por Criméia Alice Schmidt de Almeida.. ⁴⁶ Entrevista concedida por Guiomar Silva Lopes. ⁴⁷ GARCIA, Marco Aurélio. *Op. cit.*, p.331.

⁴⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.19.

⁴⁹ Entrevista concedida por Guiomar Silva Lopes. ⁵⁰

Sexismo é definido pela autora como “conjunto de sentimentos que tem como pressupostos que a relação entre os sexos está basicamente condicionada pelo poder estrutural do homem nas instituições e pelo poder diádico da mulher nas relações interpessoais.” D’AMORIN, Maria Alice. *Op. cit.*, p.161. ⁵¹

“O sexismo benevolente é definido pelos autores como um conjunto de atitudes, em relação às mulheres, que é sexista, pelo fato de vê-las de modo estereotipado e em papéis sociais restritos, mas é subjetivamente positivo quanto ao conteúdo afetivo, tendendo a evocar comportamentos pró-sociais (ajuda) ou de busca de intimidade (fazer confidências); embora não seja em si um sentimento adequado, já que traz subjacente o estereótipo tradicional da dominância masculina, com o homem como provedor e a mulher como dependente”. D’AMORIN, Maria Alice. *Op. cit.*, p. 161. ⁵² Entrevista concedida por Maria Amélia de Almeida Teles. Nesta passagem, a depoente se refere ao número de mulheres militantes desaparecidas na Guerrilha do Araguaia, ressaltando que, como atuavam clandestinamente, não se sabe ao certo o número de mulheres que militavam nas organizações armadas ou não. ⁵³ Entrevista concedida por Guiomar Silva Lopes. ⁵⁴ Entrevista concedida por Maria Amélia de Almeida Teles. ⁵⁵ Entrevista concedida por Criméia Alice Schmidt de Almeida.

⁵⁶ Entrevista concedida por Áurea Moretti. ⁵⁷ Entrevista concedida por Criméia Alice Schmidt de Almeida. ⁵⁸ TELES, Maria Amélia de Almeida. *Op. cit.*, p.71.

ISSN – 1808–1967

⁵⁹ Entrevista concedida por Maria Amélia de Almeida Teles.

⁶⁰

Mais sobre este aspecto em COLLING, Ana Maria. *Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p.67-71. ⁶¹ Entrevista concedida por Maria Amélia de Almeida Teles. ⁶² Entrevista concedida por Criméia Alice Schmidt de Almeida. ⁶³ Idem. ⁶⁴ Entrevista concedida pela Profa. Dra. Maria Lygia Quartim.